

**INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FÁRMACOS – FARMANGUINHOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2023**

REGISTRO DE PREÇOS - SRP

(Processo Administrativo nº 25387.000526/2022-47)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Fiocruz, através do Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos, por meio da sua Divisão Comercial, sediado na Av. Comandante Guarany, 447 – Jacarepaguá – Rio de Janeiro - RJ, realizará licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **menor preço por item**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **09 / 05 / 2023**

Horário: **09:30 hs**

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras

Critério de Julgamento: menor preço por item

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **Aquisição de Reagentes Químicos**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

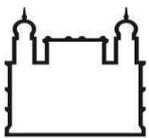
2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio



www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

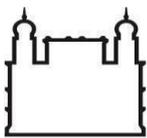
4.2.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.2.8. *Sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.*

4.3. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;



- 4.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.3.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.3.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.3.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.3.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 4.3.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.8. Que o objeto é prestado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. **Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.**

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. **Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.**

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

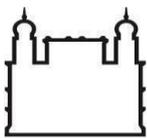
5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.9. **Antes do início da fase de habilitação o Pregoeiro poderá solicitar proposta final ao**



vencedor de cada item, conforme descrito no item 11 deste edital.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens, incluindo-se nos custos o DIFAL -Diferencial de Alíquota do ICMS e FECF – Fundo Estadual de Combate à Pobreza, cobrado quando da entrada, no Estado, de materiais e produtos adquiridos fora deste, quando couber.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.5.1 **Em caso de divergência entre a descrição do item no Comprasnet e a do Termo de Referência, prevalecerá sempre a do Termo de Referência:**

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

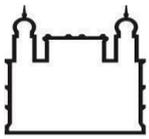
6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DO VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL

7.1. O valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do edital, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.1.1. O caráter sigiloso do valor máximo aceitável para a contratação será fundamentado no [§ 3º do art. 7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#), e no [art. 20 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012](#) e no Art. 15, § 1º, do Decreto 10.024/2019.

7.1.2. Para fins do disposto no subitem 7.1, o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.



8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

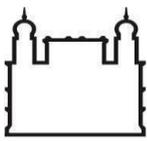
8.10. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.10.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

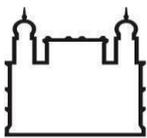
8.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.12.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.12. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.



- 8.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.15.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.17.** O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 8.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.19.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 8.20.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.21.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.22.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 8.23.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.24.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 8.25.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 8.25.1.** No país;
 - 8.25.2.** Por empresas brasileiras;
 - 8.25.3.** Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 8.25.4.** Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 8.26.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.



8.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.27.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.27.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexecutável.

9.2.1. Considera-se inexecutável a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

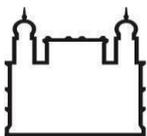
9.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta. **Além da Declaração que, nos valores consignados na proposta, estão inclusos todos os tributos, custos e demais encargos que incidam direta ou indiretamente sobre os produtos fornecidos, abrangendo, ainda, nesses custos o DIFAL – Diferencial de Alíquota do ICMS e FECF – Fundo Estadual de Combate à Pobreza, cobrado fora deste, quando couber.**

9.5.2.1. DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES À PROPOSTA:



9.5.2.1.1 Para os itens com indicação de marca como referência de Qualidade:

Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente CERTIFICADO/LAUDO ANALÍTICO expedido por Laboratório ou Instituto Idôneo, que comprove o desempenho, qualidade e produtividade compatível com produto similar ou equivalente às marcas de referência mencionadas no Edital.

9.6 Quanto à aceitabilidade da proposta deverá ser fornecido pelo licitante para **os itens 02 e 27**, o seguinte documento, sob pena de ter sua proposta desclassificada:

9.6.1 NOTIFICAÇÃO DO PRODUTO ANVISA, dentro do prazo de validade.

9.6.1.1 A situação do produto será consultada pela administração no endereço eletrônico da ANVISA.

9.6.1.2 Embasamento Legal: Lei n.º 6.360, de 23/09/1976, RDC nº 30/2008 e RDC nº 57 de 17/11/2009, RDC n.º 60 de 10/10/2014, Lei n.º 12.401 de 28/04/2011, RDC nº 59 de 17/12/2010, RDC n.º 185 de 22/10/2001, RDC nº 07 de 10/02/2015, atualizações das legislações supracitadas.

9.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

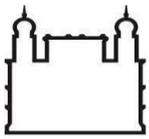
9.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9.11 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.12. Antes do início da fase de habilitação o Pregoeiro poderá solicitar proposta final ao vencedor de cada item, conforme descrito no item 11 deste edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições



de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1. SICAF;

10.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

10.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

10.1.4. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

10.1.5. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

10.1.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.6.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.6.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.6.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.7. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

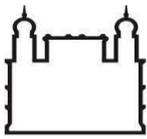
10.1.8. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

10.2.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

10.2.2 **É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.**

10.2.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.



10.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

10.3.1 Os documentos complementares a serem requisitados e apresentados não poderão ser os já exigidos para fins de habilitação no instrumento convocatório. Não se trata de uma segunda oportunidade para envio de documentos de habilitação. A diligência em questão permite, apenas, a solicitação de outros documentos para confirmação dos já apresentados.

10.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.6 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.6.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.7 Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.8 Habilitação jurídica:

10.8.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.8.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.8.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

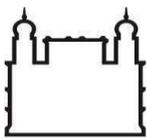
10.8.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante, sucursal, filial ou agência;

10.8.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.8.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.8.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.8.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;



10.9 Regularidade fiscal e trabalhista:

10.9.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.9.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.9.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.9.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.9.5 **RESSALVADO O CASO DE FORNECIMENTO DE BENS PARA PRONTA ENTREGA, OS LICITANTES COM PROPOSTAS VENCEDORAS CUJO VALOR TOTAL PARA FORNECIMENTO DOS BENS SEJA SUPERIOR A R\$ 176.000,00 (CENTO E SETENTA E SEIS MIL REAIS) TAMBÉM DEVERÃO APRESENTAR A SEGUINTE DOCUMENTAÇÃO:**

10.9.5.1 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.9.5.2 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.9.5.3 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

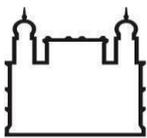
10.9.6 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.10 Qualificação Econômico-Financeira.

10.10.1 **RESSALVADO O CASO DE FORNECIMENTO DE BENS PARA PRONTA ENTREGA, OS LICITANTES COM PROPOSTAS VENCEDORAS CUJO VALOR TOTAL PARA FORNECIMENTO DOS BENS SEJA SUPERIOR A R\$ 176.000,00(CENTO E SETENTA E SEIS MIL REAIS) TAMBÉM DEVERÃO APRESENTAR A SEGUINTE DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

10.10.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

10.10.1.1 No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação



de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

10.10.1.2 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

10.10.1.3 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

10.10.1.4 Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

10.10.3 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.11 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor ofertado pelo licitante.

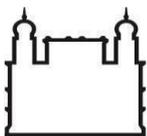
10.12 Qualificação Técnica:

10.12.1 Os itens **08, 16, 18, 19, 20, 23, 29, 30, 31, 33, 34, 37, 41 e 44** são controlados pela **Polícia Federal**, devendo as empresas licitantes apresentar **Certificado de Licença de Funcionamento**, atualizado e vigente, emitido pelo **Departamento de Polícia Federal**, na forma da Lei nº 10.357, de 27/12/2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.262 de 10/06/2002, conforme as listas constantes na Portaria MJ nº 1.274, de 25/08/2003.

10.12.2 Os itens **007 e 045** são controlados pelo **Exército e pela Polícia Civil**, sendo necessária a apresentação **Certificado de Registro e Apostila do Exército** do fornecedor do material, atualizado e vigente, emitidos na forma do Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000 (R-105), assim como a **Licença de Funcionamento emitida pela Polícia Civil**.

10.12.3 Os itens **02 e 27, são** sujeitos a controle e fiscalização sanitária pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), nos termos da Lei n.º 6.360/1976, regulamentada pelo Decreto n.º 8077/2013 ensejam que sejam apresentados documentos específicos de acordo com a classe de produtos conforme lista abaixo:

10.12.3.1 Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) concedida pelo Ministério da Saúde do Licitante.



- a. Aplicável para medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, produtos para saúde e saneantes. Deve constar no documento a atividade compatível.
- b. As empresas localizadas fora do território nacional não são obrigadas a apresentar Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE).
- c. **A AFE será consultada pela administração no endereço eletrônico da ANVISA.**
- d. Caso o licitante não seja o fabricante, deverá apresentar além da própria AFE a AFE do Fabricante ou informar CNPJ do mesmo para que a Administração faça a consulta online.
- e. Empresas isentas de possuir a AFE de acordo com a legislação vigente deverão apresentar a comprovação de tal isenção assim como a AFE do fabricante do item ou CNPJ para consulta.
- f. **Embasamento Legal:** Lei nº. 6.360 de 23/09/76 (regulamentada pelo Decreto nº. 8077 de 14/08/2013), Lei nº 6437 de 20/08/1977; RDC nº 16 de 01/04/2014, atualizações das legislações supracitadas.

10.12.3.2 Licença de Funcionamento (Alvará Sanitário), atualizada e vigente, expedida pelo órgão de Vigilância Sanitária do Estado ou Município em que se encontra estabelecida a empresa Licitante.

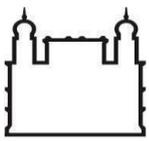
- a. Aplicável para medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, produtos para saúde e saneantes. Deve constar no documento a atividade compatível.
- b. A Licença de Funcionamento deverá ser apresentada pelo Licitante na fase de Habilitação.
- c. Caso a revalidação da Licença de Funcionamento para o presente exercício ainda não tenha sido concedida, o licitante deverá apresentar a Licença de Funcionamento do exercício anterior acompanhada do comprovante de protocolização da petição de revalidação, desde que esta tenha sido requerida nos primeiros 120 (cento e vinte) dias de cada exercício.
- d. As empresas localizadas fora do território nacional não são obrigadas a apresentar Licença de Funcionamento.
- e. Empresas isentas de possuir Alvará de acordo com a legislação vigente deverão apresentar a comprovação de tal isenção;
- f. **Embasamento Legal:** Lei nº 6.360 de 23/09/76 (regulamentada pelo Decreto nº. 8077 de 14/08/2013). Lei nº 5.991, de 17/12/1973, Lei nº 6.318, de 22/12/1975, atualizações das legislações supracitadas.

10.12.3.3 Certificado de Regularidade Técnica do Licitante, atualizado e vigente, emitido pelo Conselho Regional da classe a que pertence o Responsável Técnico da Unidade Federativa onde se localiza a empresa.

- a. Aplicável para medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, produtos para saúde e saneantes.
- b. O Certificado de Regularidade técnica deverá ser apresentado pelo Licitante na fase de Habilitação.
- c. As empresas localizadas fora do território nacional não são obrigadas a apresentar Certificado de Regularidade Técnica.
- d. **Embasamento Legal:** Lei nº 6.360 de 23/09/76 (regulamentada pelo Decreto nº. 8077 de 14/08/2013) e suas atualizações.

10.12.3.4 Nos casos em que o **Licitante for representante de empresa fabricante localizada ou não no território nacional**, este deverá apresentar a documentação do fabricante.

10.12.3.5 Documentos emitidos por autoridades públicas internacionais devem atender ao disposto no Decreto 8.660 de 29/01/2016. Dessa forma, ficam isentos de consularização os documentos oriundos de países signatários da convenção sobre a eliminação da exigência de legalização de documentos públicos estrangeiros.



10.13 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.14 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.14.3 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.15 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.16 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.17 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.18 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.19 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1 Considerando que, todas as especificações do objeto contidas, tanto nas propostas cadastradas inicialmente no sistema de compras do governo federal, quanto na proposta vencedora, vinculam a contratada, **o Pregoeiro solicitará proposta final ao licitante declarado vencedor.**

11.2 **A proposta deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:**

11.2.1 Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

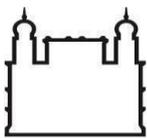
11.2.2 Conter Descrição detalhada do objeto, a Razão Social, o CNPJ, o e-mail, o telefone e o endereço da licitante vencedora.

11.2.3 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.3 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.3.1 As propostas inseridas no sistema ou enviadas por e-mail, **sem a solicitação do pregoeiro.** NÃO SERÃO CONSIDERADAS para fins do subitem 11.1.

11.3.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo,



11.4 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

11.4.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.4.2 A proposta final deverá conter valores expressos em moeda corrente nacional, ou seja, com até duas casas decimais. As casas decimais excedentes serão consideradas apenas no momento da disputa de lances, para efeito de desempate. Posteriormente, esses valores poderão ser negociados.

11.4.3 O valor final negociado não poderá ser maior do que o lance vencedor.

11.5 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.6 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.7 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

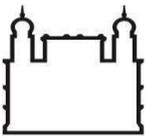
12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:



13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

16.1. Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.

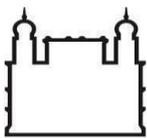
17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.1.1 Considerando que os processos de Aquisição da Administração estão tramitando pelo Sistema Eletrônico de Informação – SEI (Portaria COGEAD nº 76 de 29 de abril de 2020), o fornecedor deverá estar previamente cadastrado junto a Fiocruz para habilitação de assinaturas no SEI, através do link:

https://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&acao_origem=usuario_externo gerar senha&id_orgao_acesso_externo=0

17.2 Alternativamente, a Administração poderá encaminhar Ata de Registro de Preços para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja



assinada e devolvida no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

17.2 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

17.3 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

17.3.1 Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

18. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

18.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

18.2 O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou instrumento equivalente (ICNE – Informações Complementares da Nota de Empenho), conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.2.1 Considerando que os processos de Aquisição da Administração estão tramitando pelo Sistema Eletrônico de Informação – SEI (Portaria COGEAD nº 76 de 29 de abril de 2020), o fornecedor deverá estar previamente cadastrado junto a Fiocruz para habilitação de assinaturas no SEI, através do link:

https://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&acao_ori_gem=usuario_externo gerar_senha&id_orgao_acesso_externo=0

18.2.2 Alternativamente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

18.2.3 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

18.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implicam o reconhecimento de que:

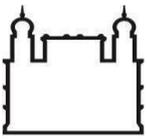
18.3.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

18.3.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

18.3.3 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

18.4 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

18.5 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possíveis suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.



18.5.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

18.5.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

18.6 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

18.7 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

19 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

19.1 As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

20.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

21 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

21.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

22 DO PAGAMENTO

22.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

22.1.1 É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

23 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

23.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

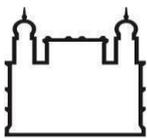
23.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

23.1.2. Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

23.1.3. Apresentar documentação falsa;

23.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

23.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;



23.1.6. Não manter a proposta;

23.1.7. Cometer fraude fiscal;

23.1.8. Comportar-se de modo inidôneo;

23.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

23.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

23.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

23.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

23.4.2. Multa de **8% (oito por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

23.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

23.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

23.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

23.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

23.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

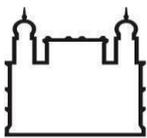
23.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

23.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

23.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

23.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração,



observado o princípio da proporcionalidade.

23.12.1. Para avaliação da proporcionalidade das sanções, a autoridade competente observará, no que couber, os critérios objetivos para dosimetria de sanções administrativas, no âmbito da FIOCRUZ, dispostos na Portaria nº 150/2019-COGEAD, de 16/09/2019, anexa ao Edital.

23.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

23.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

24. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

24.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

24.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

24.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

24.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações esomente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/213.

25. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

25.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

25.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail pregoeletronico@far.fiocruz.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. Comandante Guarany, 447 – Jacarepaguá – Rio de Janeiro – RJ – Serviço de Compras.

25.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

25.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

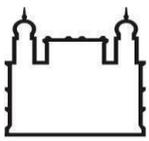
25.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

25.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

25.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

25.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

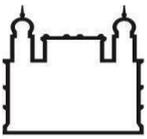
25.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.



26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 26.1.** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 26.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização docertame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 26.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 26.4.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 26.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 26.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 26.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 26.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 26.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 26.10.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 26.11.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.gov.br/compras, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Av. Comandante Guarany, 447 – Jacarepaguá – Rio de Janeiro - RJ, nos dias úteis, no horário das 8:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 26.12.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 26.12.1.** ANEXO I - Termo de Referência;
 - 26.12.2.** ANEXO II - Minuta da Ata de Registro de Preços;
 - 26.12.3.** ANEXO III - Minuta da ICNE;
 - 26.12.4.** ANEXO IV – Minuta do Termo de Contrato
 - 26.12.5.** ANEXO V - Portaria nº 150/2019-COGEAD, de 16/09/2019 – Trata da normatização de critérios objetivos para dosimetria de sanções administrativas, no âmbito da FIOCRUZ.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2023.

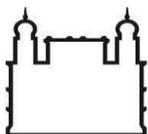


Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Responsável pela elaboração do Edital



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP
INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FÁRMACOS – FARMANGUINHOS

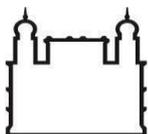
Processo Administrativo n.º 25387.000526/2022-47

1. DO OBJETO

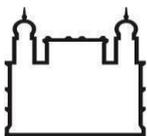
1.1 **Aquisição de Reagentes Químicos**, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

ORGÃO GERENCIADOR: INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FÁRMACOS - UASG: 254446

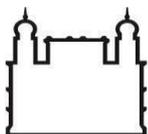
ITEM	DESCRIÇÃO ESPECIFICAÇÃO	QUANT. TOTAL	UNID. MEDIDA	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL R\$	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL R\$
0001	FOSFATO DE SODIO MONOBASICO ANIDRO PUREZA MÍNIMA 98% FRASCO 500G MARCA: TEDIA, MERCK, JT BAKER, SPECTRUM, SCHARLAU MARCAS CITADAS COMO REFERÊNCIA DE QUALIDADE (CONFORME ACÓRDÃO PLENÁRIO TCU 2300/2007)	51.000	g		
0002	ÁLCOOL ETÍLICO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO LÍMPIDO, INCOLOR, VOLÁTIL, FÓRMULA QUÍMICA C ₂ H ₅ OH, PESO MOLECULAR 46,07, GRAU DE PUREZA MÍNIMO DE 96% P/P INPM, CARACTERÍSTICA ADICIONAL PARA LIMPEZA, CAS 64-17-5, APRESENTAÇÃO TAMBOR 200 LITROS	1.000	L		
0003	N,N-DIMETILFORMAMIDA FRASCO 1 LITRO	1	L		
0004	CLORETO DE POTASSIO PA TEOR MÍNIMO 99% FRASCO 500G MARCAS: TEDIA, MERCK, JT BAKER, SPECTRUM, SCHARLAU MARCAS CITADAS COMO REFERÊNCIA DE QUALIDADE (CONFORME ACÓRDÃO PLENÁRIO TCU 2300/2007)	2.000	g		
0005	ACETATO DE SODIO ANIDRO PA TEOR MÍNIMO 99% FRASCO 500G NARCAS: TEDIA, MERCK, JT BAKER, SIGMA-ALDRICH, SCHARLAU	21.000	g		



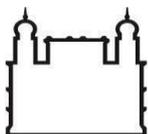
	MARCAS CITADAS COMO REFERÊNCIA DE QUALIDADE (CONFORME ACÓRDÃO PLENÁRIO TCU 2300/2007)				
0006	DIMETILSULFOXIDO FRASCO 1 LITRO	1	L		
0007	ACIDO NITRICO PA FRASCO DE 1 LITRO	22	L		
0008	HIDROXIDO DE POTASSIO, FRASCO 1 KG CAS: 1310-58-3	10	kg		
0009	CICLOHEXANO PA TEOR: 99.5% MIN EMBALAGEM: FRASCO DE 1L; CICLO HEXANO P.A., REAG. ACS - ESPECIFICACOES: SINONIMOS : CYCLOHEXANE TIPO : PARA ANALISES QUIMICAS EM GERAL ESPECIFICACOES: TEOR (CG) : 99,5% MIN. AGUA (H2O) : 0,01% MAX. CAS 110-82-7 PONTO DE FUSAO : 6,50 C PONTO DE EBULICAO : 800 C DENSIDADE (200 /40) : 0,78 INDICE DE REFRACAO (N200 D) : 1,4264 +/- 0,0035 COR (APHA) : 10 ACIDO LIVRE (ACIDO ACETICO) : 0,0002% MAX. ACIDO LIVRE (COMO HCL) : 0,001% MAX. RESIDUO DE EVAPORACAO : 0,001% BENZENO (C6H6) : 0,05% CICLOHEXENO (CG) : 0,05% OUTROS DADOS: FORMULA MOLECULAR : C6H12 PESO MOLECULAR : 84,16	4	L		
0010	DICLOROMETANO 99,9% GRAU UV/HPLC ESPECTROSCOPIO FRASCO 1 LITRO	4	L		
0011	DEXTROSE (GLICOSE), ASPECTO FÍSICO PÓ, FÓRMULA QUÍMICA C6H12O6, PESO MOLECULAR 180,16, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 50-99-7, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS REAGENTE ACS, FRASCO DE 500G	10.000	g		
0012	CLORETO DE SODIO FRASCO 500G MARCA: SIGMA-ALDRICH CODIGO: 746398 MARCAS CITADAS COMO REFERÊNCIA DE QUALIDADE (CONFORME ACÓRDÃO PLENÁRIO TCU 2300/2007)	10.000	g		
0013	DIMETIL ACETAMIDA UV/HPLC TEOR MÍNIMO 99,5% MARCAS: MERCK, SIGMA-ALDRICH, TEDIA E SCHARLAU FRASCO 1 L / CAS 127- 19-5 MARCAS CITADAS COMO REFERÊNCIA DE QUALIDADE (CONFORME ACÓRDÃO PLENÁRIO TCU 2300/2007)	40	L		
0014		2.000	g		



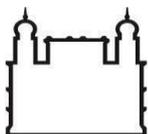
	<p>CLORETO DE FERRO III = CLORETO FERRICO TEOR MÍNIMO 98% MARCAS: SCHARLAU, JT BAKER, TEDIA, SIGMA-ALDRICH CAS 7705-08-0</p> <p>MARCAS CITADAS COMO REFERÊNCIA DE QUALIDADE (CONFORME ACÓRDÃO PLENÁRIO TCU 2300/2007)</p>				
0015	<p>ALCOOL ISOPROPILICO PA FRASCO DE 1L TEOR 99,5% MARCAS: TEDIA, MERCK, JT BAKER</p> <p>MARCAS CITADAS COMO REFERÊNCIA DE QUALIDADE (CONFORME ACÓRDÃO PLENÁRIO TCU 2300/2007)</p>	22	L		
0016	<p>TOLUENO PA REAGENTE ACS TEOR MÁXIMO 99.5% FRASCO DE 1 LITRO</p>	4	L		
0017	<p>ACETONITRILA GRAU HPLC/ESPECTROFOTOMETRIA DOSAGEM MÍNIMA 99,9% FILTRADA COM SUBMICRON MARCAS: TEDIA, MERCK, SCHARLAU ESPECIFICAÇÕES: DOSAGEM MÍNIMA DE 99,9% EMBALAGEM DE 4 LITROS FILTRADA SUBMICRON GRAU GRADIENTE MÁXIMO DE 0,1% DE ÁGUA COM MÁXIMO DE 1 PPM DE RESÍDUO DE EVAPORAÇÃO ABSORBÂNCIA NO UV MENOR OU IGUAL A 1 A 190NM MENOR OU IGUAL A 0,05 A 200 NM MENOR OU IGUAL A 0,04 A 210 NM MENOR OU IGUAL A 0,02 A 220 NM MENOR OU IGUAL A 0,01 A 230 NM MENOR OU IGUAL A 0,005 A 254 NM MENOR OU IGUAL A 0,005 A 400 NM ARMAZENAMENTO EM FRASCO DE VIDRO AMBAR</p> <p>MARCAS CITADAS COMO REFERÊNCIA DE QUALIDADE (CONFORME ACÓRDÃO PLENÁRIO TCU 2300/2007)</p>	700	L		
0018	<p>ÁCIDO CLORÍDRICO PA GRAU ACS TEOR MÍNIMO 36,5% FRASCO DE 1 LITRO MARCA: SIGMA-ALDRICH (07102), JT BAKER (9535-02), MERCK (100317), SCHARLAU</p> <p>MARCAS CITADAS COMO REFERÊNCIA DE QUALIDADE (CONFORME ACÓRDÃO PLENÁRIO TCU 2300/2007)</p>	167	L		
0019	<p>ACIDO ACETICO GLACIAL TEOR MÍNIMO 99,7% FRASCO DE 1L MARCAS: TEDIA (AR0104), MERCK (100063), JT BAKER (9508), SCHARLAU</p> <p>MARCAS CITADAS COMO REFERÊNCIA DE QUALIDADE (CONFORME ACÓRDÃO PLENÁRIO TCU 2300/2007)</p>	108	L		



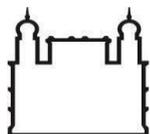
0020	ACIDO SULFURICO PA CONCENTRACAO DE 95 A 97% FRASCO DE 1L	38	L		
0021	SOLUCAO TAMPAO PH 10,0 FRASCO DE 1L PARA POTENCIOMETRIA COM CERTIFICADO DE ANALISE MARCAS: MERCK (109438), JT BAKER (5609-01), SCHARLAU MARCAS CITADAS COMO REFERÊNCIA DE QUALIDADE (CONFORME ACÓRDÃO PLENÁRIO TCU 2300/2007)	10	L		
0022	ACETATO DE SÓDIO TRIHIDRATADO PA FRASCO DE 500G TEOR MÍNIMO 99% CAS: 6131-90-4 MARCA: SIGMA-ALDRICH MARCAS CITADAS COMO REFERÊNCIA DE QUALIDADE (CONFORME ACÓRDÃO PLENÁRIO TCU 2300/2007)	20.000	g		
0023	ACETONA REAGENTE PA ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO LÍMPIDO TRANSPARENTE FÓRMULA QUÍMICA: C ₃ H ₆ O MASSA MOLECULAR: 58,08 GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA: 99,5% EMBALAGEM: 1 LITRO	4	L		
0024	ALCOOL METILICO GRAU HPLC/ESPECTROFOTOMETRIA DOSAGEM MINIMA 99,9% FILTRADO SUBMICRON SINONIMIA: METANOL FRASCO COM 4 LITROS MARCAS: TEDIA, MERCK, SCHARLAU ESPECIFICAÇÕES: DOSAGEM MÍNIMA: 99,9%; FILTRADO SUBMICRON; GRAU GRADIENTE; MÁXIMO DE 0,05 % DE ÁGUA; MÁXIMO DE 1 PPM DE RESÍDUO DE EVAPORAÇÃO; ABSORBÂNCIA NO UV MÁXIMO DE 0,25 A 220 NM; 0,05 A 240 NM; 0,01 A 254 NM E 0,005 A 280 NM. EMBALAGEM DE 4 LITROS. ARMAZENAMENTO EM FRASCO DE VIDRO AMBAR MARCAS CITADAS COMO REFERÊNCIA DE QUALIDADE (CONFORME ACÓRDÃO PLENÁRIO TCU 2300/2007)	1.004	L		
0025	ALCOOL METILICO PA REAGENTE ACS SINONÍMIAS: ÁLCOOL METÍLICO MARCA: MERCK, JT BAKER, SIGMA-ALDRICH, TEDIA, SCHARLAU CAS: 67-56-1 FÓRMULA QUÍMICA: CH ₄ O FÓRMULA ESTRUTURAL: CH ₃ OH PESO MOLECULAR: 32,04 PUREZA (GC) MIN 99.8 % IDENTIFICAÇÃO (IR) DE ACORDO ACIDEZ MAX 0.0003MEQ/G ALCALINIDADE	64	L		



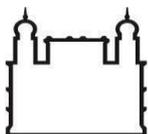
	<p>MAX 0.0002MEQ/G DENSIDADE (D 20 °C/ 4 °C) 0.791 - 0.793 TEOR DE OUTROS SOLVENTES ETANOL MAX 0.1 % ACETONA MAX 0.001 % ACETALDEÍDO MAX 0.001 % FORMALDEÍDO MAX 0.001 % RESÍDUO DE EVAPORAÇÃO MAX 0.001 % SUBSTÂNCIAS REDUZIDAS POR PERMANGANATO DE POTÁSSIO</p> <p>FRASCO DE 4 LITROS</p> <p>MARCAS CITADAS COMO REFERÊNCIA DE QUALIDADE (CONFORME ACÓRDÃO PLENÁRIO TCU 2300/2007)</p>				
0026	<p>N-HEXANO PA REAGENTE ACS ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO TRANSPARENTE, PESO MOLECULAR 86 ,18; COMPOSIÇÃO QUÍMICA C₆H₁₄ (N-HEXANO), TEOR DE PUREZA MÍNIMA DE 95%; CAS 110-54 3. FRASCO DE 1 LITRO</p>	4	L		
0027	<p>DETERGENTE NEUTRO PARA LIMPEZA DE VIDRARIAS DE LABORATÓRIO FAIXA PH 6,5 A 7,5 FRASCO DE 5 LITROS</p>	50	L		
0028	<p>DICLOROMETANO GRAU HPLC/ESPECTROFOTOMETRIA FRASCO DE 4 LITROS MARCA: TEDIA CODIGO: DS1421-001</p> <p>MARCAS CITADAS COMO REFERÊNCIA DE QUALIDADE (CONFORME ACÓRDÃO PLENÁRIO TCU 2300/2007)</p>	64	L		
0029	<p>HIDROXIDO DE AMONIO, EMBALAGEM DE 1L CAS: 1336-21-6</p>	48	L		
0030	<p>CLOROFORMIO GRAU UV/HPLC ESPECTROSCOPIO FRASCO 1 L</p>	4	L		
0031	<p>DIETILAMINA PA TEOR MINIMO 99% FRASCO 1 LITRO MARCAS; TEDIA, MERCK, JT BAKER E SIGMA-ALDRICH</p> <p>MARCAS CITADAS COMO REFERÊNCIA DE QUALIDADE (CONFORME ACÓRDÃO PLENÁRIO TCU 2300/2007)</p>	10	L		
0032	<p>DODECIL SULFATO DE SODIO PA TEOR MÍNIMO 99% FRASCO 500G MARCAS: TEDIA, JT BAKER, SIGMA-ALDRICH, SCHARLAU</p> <p>MARCAS CITADAS COMO REFERÊNCIA DE QUALIDADE (CONFORME ACÓRDÃO PLENÁRIO TCU 2300/2007)</p>	18.000	g		



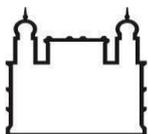
0033	FORMIATO DE AMONIO P/ HPLC MARCAS: MERCK, SIGMA ALDRICH, TEDIA, J T BAKER, MALLINCKRODT, SIAL, SPECTRUM, FLUKA E SCHARLAU. CAS. Nº 540-69-2 FRASCO: 500 GRAMAS MARCAS CITADAS COMO REFERÊNCIA DE QUALIDADE (CONFORME ACÓRDÃO PLENÁRIO TCU 2300/2007)	7.000	g		
0034	1,2 DICLOROETANO PARA HPLC FRASCO DE 1 LITRO MARCAS: MERCK, TEDIA, SIGMA-ALDRICH, FLUKA, JT BAKER, SCHARLAU MARCAS CITADAS COMO REFERÊNCIA DE QUALIDADE (CONFORME ACÓRDÃO PLENÁRIO TCU 2300/2007)	6	L		
0035	1-BUTANOSSULFONATO DE SÓDIO MONOHIDRATADO GRAU HPLC FRASCO 10 GRAMAS / CAS 2386-54-1	500	g		
0036	HIDROXIDO DE SODIO PA ACS FRASCO 500G CAS 1310-73-2	30.000	g		
0037	ACIDO FÓRMICO GRAU HPLC / FRASCO 250ML CAS 64-18-6	1.000	mL		
0038	2-PROPANOL GRAU HPLC FRASCO: 4 LITROS CAS: 67-63-0 MARCAS: SIGMA-ALDRICH, MERCK, TEDIA, JT BAKER, SCHARLAU MARCAS CITADAS COMO REFERÊNCIA DE QUALIDADE (CONFORME ACÓRDÃO PLENÁRIO TCU 2300/2007)	4	L		
0039	T-BUTIL METIL ETER UV/HPLC TEOR 99,7% MTBE -ETER TERC BUTILMETILICO HPLC FRASCO 1 LITRO CAS: 1634-04-4 MARCAS: TEDIA, MERCK, JT BAKER, SCHARLAU MARCAS CITADAS COMO REFERÊNCIA DE QUALIDADE (CONFORME ACÓRDÃO PLENÁRIO TCU 2300/2007)	100	L		
0040	SÍLICA AZUL PARA DESSECADOR 4-8MM PA INDICADA PARA ABSORVER UMIDADE EMBALAGEM 1 KG	9	kg		
0041	CLORETO DE AMONIO PA TEOR MINIMO 99,5% FRASCO 500G CAS: 12125-02-9 MARCAS: TEDIA, MERCK, JT BAKER, SPECTRUM, MALLINCKRODT	2.000	g		



	MARCAS CITADAS COMO REFERÊNCIA DE QUALIDADE (CONFORME ACÓRDÃO PLENÁRIO TCU 2300/2007)				
0042	ACETATO DE AMÔNIO GRAU HPLC FRASCO 500G	5.000	g		
0043	ÁCIDO 1-OCTANOSSULFÔNICO GRAU PA ACS FRASCO 25G	500	g		
0044	ÁCIDO ACÉTICO GRAU HPLC FRASCO 250ML ABSORÇÃO NO ULTRAVIOLETA: #: 250 NM AMAX: #0.1, #: 260 NM AMAX: #0.05, #: 300 NM AMAX: #0.01, #: 500 NM AMAX: #0.01	1.000	mL		
0045	ÁCIDO NÍTRICO PA ACS FRASCO 1000ML	1.000	mL		
0046	N-HEPTANO GRAU HPLC FRASCO 1000ML PUREZA DE 99%, TRANSMITÂNCIA A 210 NM #50%, A 220 NM #80%, A 245NM, #98	2.000	mL		
0047	LAURIL SULFATO DE SÓDIO COMERCIAL I - SINONÍMIA: SULFATO MONODECIL DE SÓDIO; SAL SÓDICO MONODECIL ÉSTER DO ÁCIDO SULFÚRICO. II - FÓRMULA MOLECULAR: [CH ₃ (CH ₂) ₁₀ CH ₂ SO ₃ Na] III - ESPECIFICAÇÃO 1.DESCRICÃO: CRISTAIS PEQUENOS. 2.COR: BRANCO OU AMARELO CLARO. 3.ODOR: LEVE ODOR CARACTERÍSTICO. 4. SOLUBILIDADE: LIVREMENTE SOLÚVEL EM ÁGUA. 5. IDENTIFICAÇÃO: 5.1.POSITIVO PARA TESTE DE SÓDIO. 5.2. POSITIVO PARA TESTE DE SULFATO.	1.000	g		
0048	POLISSORBATO 80 FRASCO DE 1000 ML	1.000	mL		
0049	N,N DIMETILFORMAMIDA GRAU HPLC FRASCO 2500ML CAS: 68-12-2 MARCA: MERCK CÓDIGO: 1030341000 MARCAS CITADAS COMO REFERÊNCIA DE QUALIDADE (CONFORME ACÓRDÃO PLENÁRIO TCU 2300/2007)	150.000	mL		
0050	BISSULFATO DE TETRABUTILAMÔNIO CAS: 32503-27-8 MARCA: MERCK, SIGMA-ALDRICH, TEDIA, JT BAKER, MALLINCKRODT, SIAL, SCHARLAU, SPECTRUM E FLUKA FRASCO 100 G MARCAS CITADAS COMO REFERÊNCIA DE QUALIDADE (CONFORME ACÓRDÃO PLENÁRIO TCU 2300/2007)	1.000	g		
0051	FOSFATO DE SÓDIO DIBÁSICO HEPTAHIDRATADO FRASCO 500G MARCA: MERCK, SIGMA-ALDRICH, TEDIA, JT BAKER, MALLINCKRODT, SIAL, SCHARLAU, SPECTRUM E FLUKA	10.000	g		

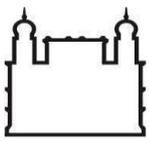


	MARCAS CITADAS COMO REFERÊNCIA DE QUALIDADE (CONFORME ACÓRDÃO PLENÁRIO TCU 2300/2007)				
0052	FOSFATO DE SODIO MONOBASICO GRAU PA ACS FRASCO 500G	500	g		
0053	DICLOROMETANO PA REAGENTE ACS TEOR MÍNIMO 99.5% FRASCO 1 LITRO	4	L		
0054	CARBONATO DE AMONIO PA FRASCO 500G MARCAS: MERCK, SIGMA-ADRICH TEDIA, JT BAKER, MALLINCKRODT, SIAL, SPECTRUM, FLUKA, SCHARLAU MARCAS CITADAS COMO REFERÊNCIA DE QUALIDADE (CONFORME ACÓRDÃO PLENÁRIO TCU 2300/2007)	2.000	g		
0055	DIMETILFORMAMIDA-(N,N) GRAU HPLC FRASCO 4 LITROS PUREZA MÍNIMA DE 99%, ABSORÇÃO UV: A 270 NM AMAX: 1.00, A 275 NM AMAX: 0.30, A 295 NM AMAX: 0.10, A 310 NM AMAX: 0.05, A 340-400 NM AMAX: 0.01	4	L		
0056	DIMETILSULFOXIDO (DMSO) GRAU HPLC ASPECTO FISICO LIQUIDO L IMPIDO, INCOLOR, INODORO, PESO MOLECULAR 78,13, FRASCO 1 LITRO , CAS 67-68-5 PUREZA MÍNIMA DE 99%, TRANSMITÂNCIA A 270 NM, #20%, A 280 NM, #50%, A 300 NM, #80%, 350 NM, #98%	4	L		
0057	POLISSORBATO 40 500ML MONOPALMITATO DE SORBITANO POE), FORMA FISICA LIQUIDO VISCOSO AMARELO, LIMPIDO A TURVO, FORMULA QUIMICA C62H122O26, MASSA MOLAR 1284 TENSOATIVO NAO IONICO	1.000	mL		
0058	FOSFATO DE SODIO DIBASICO ANIDRO PA TEOR MINIMO 99% FRASCO DE 500G MARCAS: TEDIA, MERCK, JT BAKER, SPECTRUM, MALLINCKRODT, VETEC CAS: 7558-74-4 MARCAS CITADAS COMO REFERÊNCIA DE QUALIDADE (CONFORME ACÓRDÃO PLENÁRIO TCU 2300/2007)	30.000	g		
0059	ACIDO FOSFORICO ORTO PA 85% FRASCO 1L MARCAS: TEDIA, MERCK, JT BAKER, SPECTRUM, MALLINCKRODT, SCHARLAU MARCAS CITADAS COMO REFERÊNCIA DE QUALIDADE (CONFORME ACÓRDÃO PLENÁRIO TCU 2300/2007)	58	L		
0060		2.000	mL		



	SOLUÇÃO TAMPÃO PADRÃO PH 7.00 FRASCO 500 ML MARCAS: TEDIA(BR0260-015), MERCK (109439), JT BAKER (5608-01), SIGMA-ALDRICH (33646), SCHARLAU MARCAS CITADAS COMO REFERÊNCIA DE QUALIDADE (CONFORME ACÓRDÃO PLENÁRIO TCU 2300/2007)				
0061	SOLUCAO TAMPAO PADRAO PH 4.00 FRASCO 500 ML PARA POTENCIOMETRIA COM CERTIFICADO DE ANÁLISE MARCAS: TEDIA (BR0253-015), MERCK (109406), JT BAKER (5606-01), SIGMA-ALDRICH (33543), SCHARLAU MARCAS CITADAS COMO REFERÊNCIA DE QUALIDADE (CONFORME ACÓRDÃO PLENÁRIO TCU 2300/2007)	2.000	mL		
0062	PEROXIDO DE HIDROGENIO PA TEOR MINIMO 30,0% MARCAS: MERCK, SIGMA-ALDRICH, TEDIA, JT BAKER, MALLINCKRODT, SIAL, SCHARLAU, SPECTRUM E FLUKA FRASCO DE 500ML MARCAS CITADAS COMO REFERÊNCIA DE QUALIDADE (CONFORME ACÓRDÃO PLENÁRIO TCU 2300/2007)	10.000	mL		
0063	HIDRÓXIDO DE SÓDIO PA 99% FRASCO 500G MARCAS: SIGMA-ALDRICH (S5881), JT BAKER (3722-01), MERCK (106469), SCHARLAU MARCAS CITADAS COMO REFERÊNCIA DE QUALIDADE (CONFORME ACÓRDÃO PLENÁRIO TCU 2300/2007)	5.000	g		
0064	N-HEXANO GRAU HPLC/ ESPECTROFOTOMETRIA, DOSAGEM MÍNIMA: 99,9% EM HIDROCARBONETOS C6E 95% MÍNIMO EM N-HEXANO; FRASCO 4 LITROS CÓDIGO 1043730500 MARCA MERCK MARCAS CITADAS COMO REFERÊNCIA DE QUALIDADE (CONFORME ACÓRDÃO PLENÁRIO TCU 2300/2007)	4	L		
VALOR TOTAL					

1.2 O prazo de vigência da contratação é de 115 (cento e quinze) dias, contados da data de assinatura do Termo de Contrato (ou instrumento substituto) pela Contratante – ato contínuo à assinatura da Contratada – em virtude da adoção do Sistema Eletrônico de Informações (SEI/FIOCRUZ), ou, de forma alternativa, da data de aceite da Nota de Empenho pela Contratada, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

ITENS 01 a 06, 09 a 19, 21 a 28, 30 a 34, 37 a 41, 44 a 58

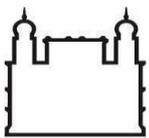
O Serviço de Planejamento, Agrupamento e Suprimento – SPAS, é responsável pela análise e agrupamento das diversas demandas advindas dos diferentes setores de Farmanguinhos, tornando-se responsável pela otimização dos procedimentos de aquisição, contribuindo para o adequado planejamento em busca de economia para Administração. A aquisição dos materiais relacionados ao presente Carrinho se destina a atender as demandas dos Laboratórios de Farmanguinhos que envolvem Pesquisa, Controle, Desenvolvimento, Análise, Monitoramento, Projetos, Avaliação, Ensaios Químicos e outras atividades Laboratoriais e de produção, e que utilizam rigorosos protocolos operacionais e metodologias adotadas de organismos internacionais. Estes itens são imprescindíveis para o bom andamento das atividades laboratoriais, sem os quais, declaram os responsáveis, incorreremos em risco de desabastecimento dos Laboratórios, ocasionando a interrupção dos procedimentos e o não atendimento de programas do Ministério da Saúde, comprometendo o andamento dos Projetos existentes na unidade, inviabilizando o desenvolvimento de pacotes tecnológicos e metodológicos, concorrendo ainda para o cometimento de riscos ambientais, visto que alguns produtos são empregados nas estações de tratamento de efluentes. As especificações dos materiais solicitados são as mínimas necessárias à garantia do alcance da melhor proposta, usuais do mercado fornecedor, não restringindo ou frustrando o caráter competitivo do certame e que os quantitativos estabelecidos levam em conta histórico de aquisições anteriores e quando não, levam em conta necessidades específicas atreladas a projetos ou em substituição aos materiais em uso, e suprirão as necessidades da Unidade neste exercício. As marcas identificadas devem ser vistas como referência de qualidade em estrita observância do contido no Acórdão nº 2300/2007 – Plenário, auxiliando na descrição do objeto, sendo aceitos materiais de qualidade “equivalente”, “similar” ou “de melhor qualidade”, que comprove o desempenho, qualidade e produtividade compatível com o produto similar ou equivalente às marcas de referência mencionadas no edital.

ITENS 7, 8, 20, 29, 35, 36, 42 e 43

A aquisição dos materiais relacionados ao presente Carrinho se destina a atender as demandas dos Laboratórios de Farmanguinhos que envolvem Pesquisa, Controle, Desenvolvimento, Análise, Monitoramento, Projetos, Avaliação, Ensaios Químicos e outras atividades Laboratoriais e de produção, e que utilizam rigorosos protocolos operacionais e metodologias adotadas de organismos internacionais. Estes itens são imprescindíveis para o bom andamento das atividades laboratoriais, sem os quais, declaram os responsáveis, incorreremos em risco de desabastecimento dos Laboratórios, ocasionando a interrupção dos procedimentos e o não atendimento de programas do Ministério da Saúde, comprometendo o andamento dos Projetos existentes na unidade, inviabilizando o desenvolvimento de pacotes tecnológicos e metodológicos, concorrendo ainda para o cometimento de riscos ambientais, visto que alguns produtos são empregados nas estações de tratamento de efluentes. As especificações dos materiais solicitados são as mínimas necessárias à garantia do alcance da melhor proposta, usuais do mercado fornecedor, não restringindo ou frustrando o caráter competitivo do certame e que os quantitativos estabelecidos levam em conta histórico de aquisições anteriores e quando não, levam em conta necessidades específicas atreladas a projetos ou em substituição aos materiais em uso, e suprirão as necessidades da Unidade neste exercício. Os itens devem ser adquiridos de marca similar às marcas Merck, Sigma, Tédia, J T Baker, Mallinckrodt, Sial, Scharlau, Spectrum ou de maior qualidade.

ITENS 59 a 63

O Serviço de Planejamento, Agrupamento e Suprimento – SPAS, é responsável pela análise e agrupamento das diversas demandas advindas dos diferentes setores de Farmanguinhos, tornando-



se responsável pela otimização dos procedimentos de aquisição, contribuindo para o adequado planejamento em busca de economia para Administração. A aquisição dos materiais relacionados ao presente Carrinho se destina a atender as demandas dos Laboratórios de Farmanguinhos que envolvem Pesquisa, Controle, Desenvolvimento, Análise, Monitoramento, Projetos, Avaliação, Ensaio Químico e outras atividades Laboratoriais e de produção, e que utilizam rigorosos protocolos operacionais e metodologias adotadas de organismos internacionais. Estes itens são imprescindíveis para o bom andamento das atividades laboratoriais, sem os quais, declaram os responsáveis, incorreremos em risco de desabastecimento dos Laboratórios, ocasionando a interrupção dos procedimentos e o não atendimento de programas do Ministério da Saúde, comprometendo o andamento dos Projetos existentes na unidade, inviabilizando o desenvolvimento de pacotes tecnológicos e metodológicos, concorrendo ainda para o cometimento de riscos ambientais, visto que alguns produtos são empregados nas estações de tratamento de efluentes. As especificações dos materiais solicitados são as mínimas necessárias à garantia do alcance da melhor proposta, usuais do mercado fornecedor, não restringindo ou frustrando o caráter competitivo do certame e que os quantitativos estabelecidos levam em conta histórico de aquisições anteriores e quando não, levam em conta necessidades específicas atreladas a projetos ou em substituição aos materiais em uso, e suprirão as necessidades da Unidade neste exercício. As marcas identificadas devem ser vistas como referência de qualidade em estrita observância do contido no Acórdão nº 2300/2007 – Plenário, auxiliando na descrição do objeto, sendo aceitos materiais de qualidade “equivalente”, “similar” ou “de melhor qualidade”, que comprove o desempenho, qualidade e produtividade compatível com o produto similar ou equivalente às marcas de referência mencionadas no edital.

ITEM 64

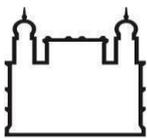
O Laboratório de Estudos do Estado Sólido (LEES), que pertence à Coordenação de Desenvolvimento Tecnológico (CDT) de Farmanguinhos, tem como atribuição investigar o estado sólido da matéria de forma integrada, abordando vários parâmetros em paralelo (polimorfismo, distribuição granulométrica, morfologia, etc.) utilizando para tal, diversas técnicas analíticas (análise térmica, microscopia, difração de raios-x, espectroscopia de infravermelho, distribuição granulométrica por difração de luz laser, índice de refração, etc.). Com este trabalho o LEES auxilia no aumento da qualidade dos produtos da Unidade realizando análise dos insumos farmacêuticos, das formulações propostas durante os desenvolvimentos e dos medicamentos produzidos. A aquisição dos solventes é de suma importância para a determinação do índice de refração de sólidos farmacêuticos. A obtenção destes dados na literatura é bastante escassa e a determinação experimental é fundamental, pois é um parâmetro requerido para a análise de distribuição granulométrica por espalhamento de luz laser. Para manutenção da rotina do laboratório durante o período de um ano, é de grande importância a aquisição deste material no quantitativo solicitado (o qual leva em conta histórico de aquisições anteriores, projetos, etc.), garantindo desta forma, a continuidade das atividades analíticas solicitadas e consequentemente a distribuição dos medicamentos fabricados pela Unidade. O material deverá vir acompanhado de laudo analítico e a validade do material deve ser no mínimo 80% (oitenta por cento) do prazo original de fabricação, a contar da entrega e atesto da nota fiscal, de acordo com o ETP 119/2022.

3. SISTEMAS DE REGISTROS DE PREÇOS

ITENS 01 À 63

3.1 Como não é possível determinar o momento em que efetivamente serão demandados os materiais, bem como os quantitativos a serem solicitados, indicamos a necessidade de realização de Sistema de Registro de Preços, conforme inciso IV, do artigo 3º, do Decreto nº 7.892 /20013, devendo a respectiva Ata possuir validade de 12 (doze) meses.

ITEM 64



3.2 Como não é possível determinar o momento em que efetivamente demandaremos os materiais, bem como os quantitativos a serem solicitados, indicamos a necessidade de realização de Registro de Preço, conforme inciso IV do art. 3º do Decreto 7892/2013.

4. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE

ITENS 01 À 63

4.1. Em consulta ao Guia Prático de Licitações Sustentáveis da AGU, bem como ao sítio Compras Governamentais não encontramos quaisquer critérios de sustentabilidade que se apliquem aos produtos aqui pretendidos. No entanto, entendemos que poderá ser observada a condição contida no inciso III do artigo 5º da IN MPOG nº 01/2010. Ao se tornarem inservíveis, o descarte será efetuado conforme procedimentos de manejo de resíduos químicos dos Laboratórios e de Farmanguinhos/FIOCRUZ, seguindo as determinações das Normas Ambientais Regulamentadoras.

ITEM 64

4.2 No que diz respeito à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental, entendemos que para esta pretendida aquisição, deve ser imposta a regra descrita no inciso III do artigo 5º da IN SLTI/MPOG nº. 01/2010. No mais, vale ressaltar que os materiais ora requerido s estão enquadrados naquilo que dispõe o inciso II do artigo 4º da Resolução CONAMA nº. 267/2000 e o Decreto 2.783/98”.

5. MARGEM DE PREFERÊNCIA

ITENS 01 À 63

5.1 Na tentativa de encontrar legislação afeta a margem de preferência para os objetos aqui pretendidos, foi realizada consulta ao sítio www.comprasgovernamentais.gov.br e não foi encontrada qualquer legislação em vigor, razão pela qual não será indicada margem de preferência para os matérias relacionados.

ITEM 64

5.2 Na tentativa de encontrar legislação que afeta a margem de preferência para os objetos aqui pretendidos, consultou-se o sítio www.comprasgovernamentais.gov.br e informamos que não foram encontrados qualquer resultado em vigor, razão pela qual não estaremos indicando margem de preferência para este pedido.

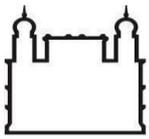
6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

6.1 Os REAGENTES solicitados serão utilizados nas análises químicas para avaliação da qualidade das matérias primas e excipientes adquiridos , nas análises de estabilidade dos medicamentos e análises da qualidade de produtos (medicamentos) nos Laboratórios do Controle da Qualidade.

6.2 Os REAGENTES solicitados serão utilizados nas análises químicas para avaliação da qualidade das matérias primas e excipientes adquiridos , nas análises de estabilidade dos medicamentos e análises da qualidade de produtos (medicamentos) nos Laboratórios do Controle da Qualidade.

6.3 Considerando a natureza dos materiais, não se faz necessário o preenchimento deste elemento.

6.4 Atualmente dispomos de número insuficiente dos materiais em questão no Laboratório de Estudos do Estado Sólido. A aquisição dos mesmos será fundamental para realização dos experimentos de laboratório com mais brevidade e aprimorar as metodologias analíticas, permitindo assim o atendimento de toda a



demanda do Setores de Controle de Qualidade, Produção e Desenvolvimento, a realização das atividades de validação e desenvolvimento de metodologias, das transferências de tecnologia, estudos de compatibilidade, e, manter o atendimento às Boas Práticas de Fabricação através da RDC 301/2019, Boas Práticas estas que são exigidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

6.5 O material precisa ser adquirido para que o Departamento de Métodos Analíticos - DMA da Vice Diretoria de Educação, Pesquisa e Inovação VDEPI, possa desenvolver sua missão institucional que, além da produção de medicamentos para o Ministério da Saúde, a busca pelo desenvolvimento de Tecnologia para fármacos que possuam ação eficaz para doenças que atinjam a população brasileira e que as indústrias privadas estejam exercendo alto preço ou não se interessem pela sua disponibilização. Sem o materiais laboratoriais solicitados haverá paralisação na execução dos experimentos e análises, gerando prejuízo financeiro e atraso nos cronogramas de pesquisa dos laboratórios da VDEPI.

6.6 A aquisição dos mesmos será fundamental para realização das técnicas analíticas no laboratório com mais brevidade e possibilitando aprimorar as metodologias analíticas exigidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, através da RDC 658/2022, e permitindo o atendimento de toda a demanda do Setor de Desenvolvimento, das atividades de validação de metodologia analítica, estudos de degradação forçada e dos prévios estudos de estabilidade em atendimento às Boas Práticas de Fabricação.

6.7 Atualmente dispomos de uma grande variedade de reagentes utilizados no Laboratório do Serviço de Bioprocessos. A aquisição dos itens requisitados será fundamental para realização das técnicas analíticas no laboratório com mais brevidade e possibilitando aprimorar as metodologias experimentais preconizadas pelos parceiros tecnológicos e para as metodologias analíticas aplicáveis, baseando-se nas exigências do parceiro e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, através da RDC301/2019.

7. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

7.1 O material a ser adquirido é de natureza comum, ou seja, atende aos padrões de desempenho e objetividade com especificação usual no mercado, nos termos do Parágrafo Único, do artigo 1º, da Lei nº 10.520/2002.

8. DADOS ADICIONAIS

ITENS 01 A 64

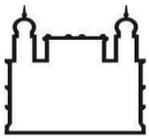
8.1. Os prazos e condições deverão respeitar o contido no Memo Circular - VDGI nº 01/2019. A validade dos materiais, no momento da entrega, deverá corresponder a 80% da validade original do produto. Os itens devem acompanhar o laudo analítico.

9. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

9.1 O prazo de entrega dos bens é de até 90 (noventa) dias, contados da data de início do prazo de vigência da contratação, em remessa única a cada pedido: no seguinte endereço:

9.1.1 **Local de entrega do Órgão Gerenciador (Instituto de Tecnologia em Fármacos):** endereço. RUA: COMANDANTE GUARANY, 447 – JACAREPAGUÁ /CURICICA – RIO DE JANEIRO – RJ – CEP: 22775-903 - **Horário: 08:00 horas às 12:00 e 13:00 às 15:00 hs.** Deverá ser agendado através do e-mail logistica@far.fiocruz.br – Divisão de Logística. Servidor responsável pelo recebimento: Cristina Conceição Rocha Guedes, Mat. SIAPE:1635122.

9.2 A Nota Fiscal eletrônica (NF-e) apresentada pela empresa no momento da entrega do produto deverá vir acompanhada da cópia da Ordem de Fornecimento, da cópia da Nota de Empenho, cópia do contrato referentes



ao fornecimento executado, ou deverá mencionar o número do processo.

9.2.1. Até o momento da entrega do produto deverá ser encaminhado, por e-mail, o arquivo – na extensão XML – relativo à Nota Fiscal eletrônica (NF-e) como condição para o recebimento do produto.

9.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.7 No recebimento dos itens, os mesmos deverão vir acompanhados do laudo analítico e possuir validade mínima de 80% do prazo original de fabricação, a contar da entrega e atesto provisório da nota fiscal.

9.8 Os itens deverão vir acompanhados do laudo analítico.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 São obrigações da Contratante:

10.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

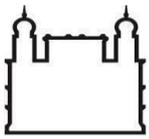
10.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:



11.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, código do produto e prazo de validade;

11.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

11.1.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11.2 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

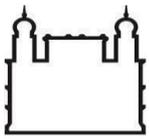
12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.



14.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.3 O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15. DO PAGAMENTO

15.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, estando certo que o valor correspondente ao DIFAL - Diferencial de Alíquota do ICMS e FECP – Fundo Estadual de Combate à Pobreza será deduzido do valor da Nota Fiscal apresentada, quando couber.

15.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

15.2.1 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

15.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

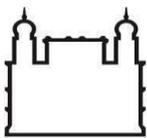
15.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

15.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF e TST para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

15.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

15.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.



15.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

15.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

15.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = $\frac{6}{100}$	I = 0,00016438
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%.

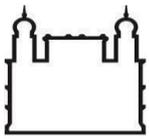
16. DO REAJUSTE

16.1. Os preços são fixos e irrevoluíveis.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

17.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;



17.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.3 Falhar ou fraudar na execução do contrato;

17.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;

17.1.5. Cometer fraude fiscal;

17.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

17.2.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

17.2.2 Multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento).

17.2.3 Multa compensatória de 8% (oito por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

17.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

17.2.5 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

17.2.6 Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

17.2.6.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo de Referência.

17.2.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.3. As sanções previstas nos subitens 17.2.1, 17.2.5, 17.2.6 e 17.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem causados.

17.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

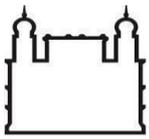
17.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.5 A aplicação das penalidades previstas nos subitens 17.2.1, 17.2.3, 17.2.4, 17.2.5, 17.2.6 e 17.2.7 realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

17.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

17.6.1. Caso a contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.6.2 A multa moratória prevista no subitem 17.2.2, decorrente do atraso injustificado na execução do objeto do contrato, será destacada pela fiscalização do contrato por ocasião do recebimento definitivo do objeto, e deduzida dos valores a serem pagos, sendo assegurado direito de defesa à contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do art. 86, §2º, da Lei nº 8.666/93 c/c arts. 24 e 68 da Lei nº 9.784/99.

17.6.3. Tão logo exaurido o prazo disposto no subitem anterior, não sendo apresentadas razões de defesa pela contratada, ou, quando apresentadas, sendo as mesmas consideradas insubsistentes, a multa moratória prevista no subitem 17.2.2 será recolhida definitivamente em favor da União, aplicando-se, quando cabível, de forma subsidiária, as demais regras dispostas na Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo.

17.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

17.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.8.1. Para avaliação da proporcionalidade das sanções, a autoridade competente observará, no que couber, os critérios objetivos para dosimetria de sanções administrativas, no âmbito da FIOCRUZ, dispostos na Portaria nº 150/2019-COGEAD, de 16/09/2019, anexa ao Edital.

17.9 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

17.10 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

17.11 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

17.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

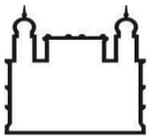
18.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

18.2 O critério de aceitabilidade de preços é sigiloso, nos termos do art. 15 do Decreto nº 10.024, de 2019, do art. 7º, §3º da Lei nº 12.527, de 2011, e do art. 20 do Decreto nº 7.724, de 2012.

18.3 O critério de julgamento da proposta é o menor preço por item.

18.4 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

18.5 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor, serão:



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



18.5.1 Os itens **008, 016, 018, 019, 020, 023, 029, 030, 031, 033, 034, 037, 041 e 044** são controlados pela **Polícia Federal**, devendo as empresas licitantes apresentar **Certificado de Licença de Funcionamento**, atualizado e vigente, emitido pelo **Departamento de Polícia Federal**, na forma da Lei nº 10.357, de 27/12/2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.262 de 10/06/2002, conforme as listas constantes na Portaria MJ nº 1.274, de 25/08/2003.

18.5.2 Os itens **007 e 045** são controlados pelo **Exército e pela Polícia Civil**, sendo necessária a apresentação **Certificado de Registro e Apostila do Exército** do fornecedor do material, atualizado e vigente, emitidos na forma do Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000 (R-105), assim como a **Licença de Funcionamento emitida pela Polícia Civil**.

18.5.3 Os itens 02 e 27, são sujeitos a controle e fiscalização sanitária pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), nos termos da Lei n.º 6.360/1976, regulamentada pelo Decreto n.º 8077/2013 ensejam que sejam apresentados documentos específicos de acordo com a classe de produtos conforme lista abaixo:

18.5.3.1 **Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE)** concedida pelo Ministério da Saúde do Licitante.

18.5.3.2 **Licença de Funcionamento (Alvará Sanitário)**, atualizada e vigente, expedida pelo órgão de Vigilância Sanitária do Estado ou Município em que se encontra estabelecida a empresa Licitante.

18.5.3.3 **Certificado de Regularidade Técnica** do Licitante, atualizado e vigente, emitido pelo Conselho Regional da classe a que pertence o Responsável Técnico da Unidade Federativa onde se localiza a empresa.

18.5.3.4 **Registro, notificação ou cadastro do produto**, quando aplicável, dentro do prazo de validade.
Embasamento Legal: Lei n.º 6.360, de 23/09/1976, RDC nº 30/2008 e RDC nº 57 de 17/11/2009, RDC 60 de 10/10/2014, Lei 12.401 de 28/04/2011, RDC nº 59 de 17/12/2010, RDC 185 de 22/10/2001, RDC nº 07 de 10/02/2015, atualizações das legislações supracitadas.

19. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

19.1 O VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

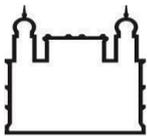
20.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2023.

Requisitante

Dada a necessidade de aquisição do (s) material (ais) contido (s) neste Termo de Referência, conforme justificativa apresentada pelo requisitante, e frente a sua indispensabilidade para o desenvolvimento de nossas atividades, considerando ainda a existência de recursos orçamentários para fazer jus ao desembolso financeiro que sucederá a contratação, aprovo o presente Termo de Referência, elaborado pela área requisitante, na forma previsto no artigo 14, II, do Decreto nº 10.024/2019.

Ordenador de Despesas

ANEXO II
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Número	Validade	Criado por	Data
500000XXX	De:		

Processo

Processo Matriz	Processo Vinculado	Número da Licitação	Número da ATA	Modalidade da Licitação
25387.000526/202 2-47	N/ A			

Fornecedor

Razão Social:	CNPJ: XXX
Endereço:	Insc. Est.:
Cidade:	Insc. Mun.:
Cep:	
Tel:	
E-Mail:	

Item (ns)

ITEM COMPRASNET 0001							
Descrição	ID do Item	Marca	U.M	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total	Prazo / Execução
							(Dias)

Valor Total R\$

O INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FÁRMACOS (FARMANGUINHOS), inscrito no CNPJ sob o nº 33.781.055/0049-80, neste ato representada por seu Diretor, Dr. Jorge Souza Mendonça, portador da Carteira de Identidade nº 07291338-7, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob o nº 011.362.417-44, encontrado na Av. Comandante Guarany, nº 447, Curicica, Jacarepaguá, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº 760/2017-PR e Portaria nº 201/2017, expedidas pela Sra. Presidente da FIOCRUZ, bem como a Portaria 1.971/2017, expedida pelo Sr. Ministro da Saúde, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme informações constantes dos quadros descritivos que compõem este documento, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual aquisição de material especificado no Termo de Referência, anexo I do edital do Pregão Eletrônico supracitado, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora e seus anexos, independentemente de transcrição.

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

2.1.1 A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

2.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

2.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

2.4 As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

2.5 Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

2.6 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

2.6.1 Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

3. VALIDADE DA ATA

3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura pelo órgão gerenciador do certame – ato contínuo à assinatura do(s) fornecedor(s) registrado(s) – em virtude da adoção do Sistema Eletrônico de Informações – SEI/FIOCRUZ, não podendo ser prorrogada.

4. REVISÃO E CANCELAMENTO

4.1 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

4.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

4.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.4.1 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.5 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.5.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.5.2 Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.6 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7 O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.7.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços;

4.7.2 Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.7.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

4.7.4 Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

4.8 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.7.1, 4.7.2 e 4.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.9 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.9.1 Por razão de interesse público; ou

4.9.2 A pedido do fornecedor.

5. DAS PENALIDADES

5.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

5.2 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

5.3 É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

5.4 O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

6.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.3 A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

6.4 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

6.4.1 Contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

6.4.2 Contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

6.5 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

LOCAL:

DATA: XX/XX/2022

Representante Legal do Fornecedor Registrado

Representante Legal do Órgão Gerenciador (Farmanguinhos)

ANEXO III

ICNE - Informações Complementares à Nota de

Empenho(Processo nº 25387.000526/2022-47)

Pregão Eletrônico SRP xxx/2023

1. A presente contratação será regido pela Lei nº 10.520/02, Lei nº 10.522/02, Decreto nº 3.555/00, Decreto nº 3.722/01, Decreto nº 4.358/02, Decreto nº 10.024/19, IN MPOG nº 03/2018, IN MPOG nº 02/09, Lei Complementar nº 123/06, Lei nº 8.078/90, e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
2 Objeto do contrato: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
3 Forma de fornecimento: remessa única a cada pedido
4 Processo nº 25387.000526/2022-47 Modalidade da Licitação: Pregão Eletrônico – SRP nº /2023 – FAR.
5 Contratada: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX CNPJ:XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
6 Prazo de entrega: Em até XX (XXXXXX) dias, a contar da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.
7. Prazo de vigência: O prazo de vigência da contratação é de xxxx (xxxx) dias, contados da data de assinatura destas Informações Complementares à Nota de Empenho pela Contratante – ato contínuo à assinatura da Contratada – em virtude da adoção do Sistema Eletrônico de Informações (SEI/FIOCRUZ), prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.
8. Dotação Orçamentária Nota de Empenho: Programa de Trabalho: Elemento de Despesa: Fonte de Recursos:
9. Preço e condições de pagamento 9.1 As informações sobre as condições de pagamento e Preço estão descritas no item 15 do Termo de Referência, Anexo I do edital.
10. Fiscalização: A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

11. Penalidades aplicáveis à contratada pela inadimplência das cláusulas: Decreto nº 10.024/19, Arts. 86e 87 da Lei nº 8.666/93 e conforme item 16 do Termo de Referência, anexo I, do Edital de Pregão Eletrônico nº /2022– FAR.	
12. Rescisão, forma e efeitos: arts. 78, 79 e 80, da Lei nº 8.666/93.	
13. Obrigações da contratada: A contratada será obrigada a manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão Eletrônico nº /2023- FAR, sem prejuízo das demais obrigações previstas na licitação.	
14. Recebimento do objeto: conforme item 06 do Termo de Referência, ANEXO I do edital de Pregão Eletrônico nº /2023.	
15. Vedações e Permissões 15.1 É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei. 15.2 É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Instrumento para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020. 15.2.1 A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020. 15.2.2 A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.	
16 O Edital de Pregão Eletrônico nº /2023-FAR, com os Anexos, a ata de realização do Pregão Eletrônico de / /2023 e a proposta comercial de / / , integram este instrumento, independente de transcrição.	
17 A regularidade da contratada foi aferida por meio das consultas ao SICAF, TST, CEIS, CNJ e CADIN, em / / , anexadas às fls. _____ do processo nº _____.	
18 As partes contratantes ficam cientes de que o foro para dirimir as questões que não forem solucionadas na via administrativa será o da Seção Judiciária da Justiça Federal no Rio de Janeiro, por imposição de ordem Constitucional.	
Rio de Janeiro, ____ de ____ de ____.	
_____ Autoridade competente	_____ Representante legal

ANEXO IV

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

COMPRA

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº /..., QUE FAZEM ENTRE SI A FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ), POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FÁRMACOS (FAR-MANGUINHOS) E A EMPRESA

.....

A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), por intermédio do Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos), com sede na Av. Comandante Guarany nº 447- Curicica-Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 33.781.055/0049-80, neste ato representado(a) pelo(a)(cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada noDOUde de de, inscrito(a) no CPF nº, portador(a) da Carteira de Identidade nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão, por Sistema de Registro de Preços nº xx/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de **xxxxxxx**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	Cód. Cat Mat	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDA DE TOTAL	UNID. FORN.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de xxxx (xxxxx) dias, contados da data de assinatura

deste Termo de Contrato pela Contratante – ato contínuo à assinatura da Contratada – em virtude da adoção do Sistema Eletrônico de Informações (SEI/FIOCRUZ), prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$(.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:
Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Pl:

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão ou Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo ao Edital.

10. CLÁUSULA DECIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário

Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de..... de 20.....

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ANEXO V



Portaria da Coordenação-Geral de Administração

Número		150/2019-Cogead	
Folha	01	De	05
Entrada em vigor		16/09/2019	

A Coordenadora Geral de Administração
no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

1.0 – PROPÓSITO

Dispõe sobre as condutas e a dosimetria na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no âmbito da Fiocruz, considerando ainda:

1.1 O teor das determinações 9.5.1 e 9.5.2 do Acórdão nº 754/2015-TCU-Plenário, expedido pelo Tribunal de Contas da União, as quais foram objeto de divulgação aos órgãos do Sistema de Serviços Gerais - SISG no Portal de Compras do Governo Federal de caráter obrigatório;

1.2 A necessidade de instrução processual administrativa no âmbito da Fiocruz com adequação entre meios e fins, com vedação a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;

1.3 Nas licitações na modalidade pregão realizadas no âmbito da Fiocruz é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para a aplicação das respectivas sanções, quando da ocorrência das condutas descritas nesta portaria;

1.4 A responsabilidade pela abertura de procedimento administrativo para aplicação das sanções tipificadas no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e previstas nesta portaria é da Unidade da Fiocruz na qual a licitação tenha ocorrido.

2.0 OBJETIVO

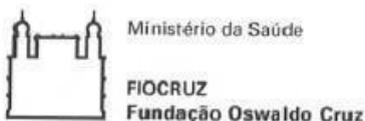
Normatizar padrões de dosimetria para toda a Fiocruz no que tange a aplicação das penalidades no processo de licitar.

3.0 DEFINIÇÕES

3.1 Retardar a execução do objeto qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços;

3.2 Não manter a proposta a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;

Cancela	Altera	Distribuição Geral	Data 16/09/2019
---------	--------	-----------------------	--------------------



Portaria da Coordenação-Geral de Administração

Número 150/2019-Cogead	
Folha 02	De 05
Entrada em vigor 16/09/2019	

- 3.3 Falhar na execução contratual o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;
- 3.4 Fraudar na execução contratual a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e
- 3.5 Comportar-se de modo inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como a fraude ou frustração do caráter competitivo do Procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

4.0 - DAS SANÇÕES

Nas licitações na modalidade pregão realizadas no âmbito da FioCruz é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para a aplicação das respectivas sanções, quando da ocorrência das condutas a seguir relacionadas:

4.1 Não assinar o contrato/ata de registro de preços ou não aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF pelo período de 4 (quatro) meses;

4.2 Deixar de entregar documentação exigida para o certame:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

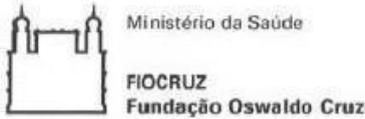
4.3 Fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;

4.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 4 (quatro) meses;

Cancela	Altera	Distribuição Geral	Data 16/09/2019
---------	--------	-----------------------	--------------------



Portaria da Coordenação-Geral de Administração

Número 150/2019-Cogead	
Folha 03	De 05
Entrada em vigor 16/09/2019	

4.5 Não manter a proposta:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 4 (quatro) meses;

4.6 Falhar na execução do contrato:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;

4.7 Fraudar na execução do contrato:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 30 (trinta) meses;

4.8 Comportar-se de modo inidôneo:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 24 (vinte e quatro) meses; e

4.9 Cometer fraude Fiscal

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 40 (quarenta) meses;

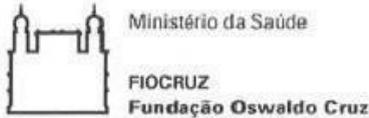
5.0 - AGRAVANTES

As sanções previstas no *item 4.0* desta portaria poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, em decorrência do seguinte:

5.1 Quando restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores- SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

5.2 Quando restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

Cancela	Altera	Distribuição Geral	Data 16/09/2019
---------	--------	-----------------------	--------------------



Portaria da Coordenação-Geral de Administração

Número 150/2019-Cogead	
Folha 04	De 05
Entrada em vigor 16/09/2019	

5.3 Quando o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou

5.4 Quando restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

As penas previstas nos *subitens 4.1, 4.2, 4.4 e 4.5* desta portaria poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência do previsto no *item 3.0*, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes

6.0 - ATENUANTES

6.1 A conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;

6.2 A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

6.3 A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo.

6.4 A penalidade a que se refere ao *subitem 4.2* desta portaria será afastada quando a entrega da documentação ocorrer fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízos à Administração, observando-se ainda, cumulativamente, que:

6.4.1 A documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;

6.4.2 O eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;

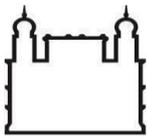
6.4.3 Não tenha ocorrido nenhuma hipótese de agravantes prevista no *item 5.0* desta portaria; e

6.4.4 O licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em razão do qual será aplicada a penalidade.

7.0 - DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 Quando a ação ou omissão do licitante ou contratante ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave;

Cancela	Altera	Distribuição Geral	Data 16/09/2019
---------	--------	-----------------------	--------------------



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Portaria da Coordenação-Geral de Administração

Número 150/2019-Cogead	
Folha 05	De 05
Entrada em vigor 16/09/2019	

7.2 A aplicação das penas previstas nesta portaria não exclui a possibilidade de aplicação de outras sanções previstas no edital, no contrato ou na legislação vigente, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, inclusive por perdas e danos causados à Administração;

7.3 Na apuração dos fatos de que trata a presente Portaria, a Administração atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou ao contratante a ampla defesa e o contraditório, o direito de juntar todo e qualquer meio de prova necessário à sua defesa, podendo, inclusive, requerer diligências.

7.4 No estabelecimento da pena, havendo concomitantemente fatores agravantes e atenuantes descritos nos *itens 5.0 e 6.0* desta portaria. O cálculo para dosimetria da sanção considerará primeiro os fatores agravantes conforme previsto no caput do *item 5.0* para majoração da pena e em seguida aplicar-se os fatores atenuantes, uma única vez, conforme descrito no caput do *item 6.0*, para redução da pena.

7.5 Esta Portaria passa, obrigatoriamente, a fazer parte de todos os editais de licitação na modalidade de Pregão como um de seus Anexos publicados por todas as Unidades da Fiocruz.

7.6 Os editais de que trata o *subitem 7.5* serão aqueles que serão submetidos à apreciação de parecer jurídico da Procuradoria Federal a partir da entrada em vigor desta Portaria.

Nota: A Administração Pública formará sua convicção com base na livre apreciação dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade das informações e provas apresentadas pela defesa.

8.0 - VIGÊNCIA

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Flavia Silva
Coordenadora Geral de Administração
FIOCRUZ

Cancela	Altera	Distribuição Geral	Data 16/09/2019
---------	--------	-----------------------	--------------------